

Epístola sobre os servidores do califa

Tradução de Beatriz Negreiros Gemignani¹
Mamede Mustafa Jarouche²

[1. ELOGIO AO CALIFA]³

Entremos diretamente no assunto⁴: Que Deus faça o Comandante dos Crentes⁵ prosperar, cumule-o de graças, revista-o de saúde e vitalidade, pois de fato o Comandante dos Crentes – que Deus o preserve – junta ao seu saber o ato de perguntar e de ouvir, tal como os governantes iníquos juntavam à sua ignorância a presunção e o repúdio [ao parecer alheio]. [O Comandante dos Crentes] assegura-se [das coisas] por meio de evidências e as aplica aos seus súditos⁶, naquilo que considera bom relativamente à averiguação dos misteres deles, tal como aqueles [os governantes iníquos] se limitavam à negligência⁷, retringindo-se a rejeitar as evidências e recusar, injustificadamente, o parecer ou questão que alguém ousava [lhes propor], com a prepotência de um grande magistrado.

¹ Bacharel e mestre em literatura árabe pela Universidade de São Paulo.

² Professor de língua e literatura árabe na Universidade de São Paulo.

³ Foram acrescentadas oito divisões intituladas – que não constam no original –, dividindo o texto nos tópicos principais tratados por Ibn al-Muqaffa.

⁴ Apesar de a expressão *أَمَّا بَعْدُ ammā ba-du* em geral não ser traduzida ao português, optou-se por “entremos diretamente no assunto”, conforme traduzido em ALMUQAFFA, Ibn. *Kalīla e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas de Mamede Mustafa Jarouche. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 293.

⁵ Epíteto do califa.

⁶ A palavra رَعِيَّة *ra-īya* significa também “rebanho”, na metáfora do líder como o “pastor” de seu povo.

⁷ A tradução de دعة *da-a* (“negligência”) seguiu PELLAT, Charles. *Ibn-Almuqaffa: Mort vers 140/757, “Conseilleur” du Calife*. Paris: G.-P. Maisonneuve et Larose, 1976.

Ao eliminar os seus inimigos, aplacar-lhe as ansiedades⁸ e garantir a sua autoridade na Terra, concedendo-lhe a sua posse e os seus tesouros, Deus isentou o Comandante dos Crentes de se preocupar com mesquinhas, jactância, enriquecimento e acumulação de riquezas e de heranças, bastando-lhe, assim, a fruição dos bens por ele hauridos, os quais são suficientes para lhe suprir as necessidades; Deus honrou o Comandante dos Crentes com o desapego das riquezas e o menosprezo a elas. Essa é a mais clara das marcas da ventura, e o mais exitoso dos auxílios na [prática do] bem.

Contou-nos Deus Todo-Poderoso, na história de José, filho de Jacó, que quando se cumpriu a graça de Deus sobre si – concedendo-lhe a autoridade na Terra, ensinando-lhe a interpretação dos sonhos⁹, reunindo-o aos seus e alegrando-o com os pais e os irmãos – ele enalteceu a Deus Todo-Poderoso por suas graças, mas depois se distraiu da situação passada, e entendeu que a morte e o que a sucede têm a precedência, e então disse: “Acolhei-me em sua misericórdia como muçulmano e uni-me aos bem-aventurados”¹⁰.

Sobre o que já sabemos do método do Comandante dos Crentes, há aquilo que encoraja o dotado de bom parecer a ter a iniciativa de informá-lo [o califa] sobre algo que, supõe-se, ninguém mais o informou, ou de lembrá-lo o que já é de seu conhecimento¹¹. Assim, o dotado de bom parecer não faz mais que informar ou lembrar, e, se Deus quiser, tudo será aceito¹² pelo

⁸ A expressão “aplacar as ansiedades” traduz, em sentido derivado, a expressão árabe شَفَى غَلِيلَ *šafā ġalīl*, literalmente “saciar a sede”.

⁹ O termo “interpretação dos sonhos” traduz تَأْوِيلَ الْأَحَادِيثِ *ta’wīl al ‘aḥādīṭ* (literalmente, “interpretação dos acontecimentos”), trecho no qual há uma elipse de أَحْلَامَ *‘aḥlām* (“sonhos”), pois José interpretava os sonhos, e não os acontecimentos. Pellat, descontextualizando, traduz como “interpretação dos eventos”.

¹⁰ Alcorão: 12-101. A história de José, filho de Jacó, consta no Gênesis: 37-50.

¹¹ A dificuldade nesse trecho reside no uso repetido do pronome de terceira pessoa ٖ (aparece cinco vezes), referindo-se ora ao Comandante dos Crentes, ora à informação e ora ao homem sensato.

¹² A tradução nesse ponto optou pelo verbo no tempo futuro levando em consideração a expressão “se Deus quiser” à qual essa frase está sujeita, e interpretando-se aqui que Ibn al-Muqaffa poderia não ter escrito essa epístola a um califa em específico, mas sendo o texto uma abstração.

Comandante dos Crentes. Contudo, entre o que amplia a ação dos homens de inteligência para exercer o parecer – relativamente àquilo com que Deus faz prosperar a comunidade em seu presente ou em seus tempos vindouros – está aquilo que passaram a desejar. Talvez isso esteja nas mãos do Comandante dos Crentes; e, de fato, com o desejo se dá o esforço, ao passo que com a resignação se dá a inação. Quando a esperança enfraquece, inevitavelmente a prosperidade também desaparece. A busca do desesperançado é fracasso, e a busca do ambicioso¹³ é determinação¹⁴.

Tanto nós como nossos pais só encontramos pessoas que veem na comunidade¹⁵ atributos que inibem [a emissão d]os pareceres e tapam as bocas: governantes que jamais se preocuparam com a prosperidade [das pessoas], ou que se preocuparam com isso, mas não acreditavam que dependesse de um bom julgamento; ou governantes dotados de bom julgamento, mas cujos julgamentos não operavam com energia ou determinação; ou governantes que se apropriavam dos bens alheios, ou incapazes de reunir ou repartir, ou ainda servidores com os quais os governantes se entristecem, pois em nada servem para o bem, e não há nenhum meio de demiti-los por causa da posição que ocupam no poder, havendo medo de mudanças ou de corrupção caso se enfureçam ou se lhes reduzam as posses, ou ainda os súditos prevaricadores que, iníquos, se enraivecem se tratados com severidade, e se tornam tirânicos se tratados com brandura.

Deus purgou o Comandante dos Crentes de todas essas características e lhe concedeu propósito, capacidade e determinação; por conseguinte, as

¹³ Nesse trecho há três palavras que possuem a mesma raiz em árabe: o participio ativo طامع *tāmiʿ* (traduzido como “ambicioso”), o substantivo طمع *tamaʿ* (“desejo”) e o verbo طمعو *tamaʿū* (“desejar”).

¹⁴ É notável nessas sentenças, as quais Pellat descreve como de aspecto proverbial, a sonoridade produzida por الرّجاء *arraǧāʾ* e الرّخاء *arraḥāʾ*, no primeiro caso, e عجز *ʿajz* e حزم *ḥazm*, no segundo caso. Também aqui se percebe um elemento do árabe clássico, em que se costuma terminar a frase com o termo mais longo, ou o mais rico de sentido ou de sonoridade, conforme BLACHÈRE, R. *Éléments de l'Arabe Classique*. Paris: Maisonneuve & Larose, 1985.

¹⁵ Em árabe o texto apresenta o pronome ها, que se considerou, na tradução, ser referência à comunidade (الأمة *al’umma*), conforme deduziu Pellat. O conceito de “comunidade” parece próximo ao posterior conceito de “sociedade”.

peçoas ainda veem isso nele, e até mesmo os ignorantes reconhecem isso nele, sem falar dos sábios. Deus proveu o Comandante dos Crentes do mais generoso benefício ao demitir os que estavam associados ao seu poder, mas tinham outro método e parecer, até mesmo livrando-o deles e o resguardando contra eles, [servindo-se] dos seus próprios argumentos e meios contra eles mesmos, e do bom parecer e da busca pela satisfação divina, os quais fortaleceu no Comandante dos Crentes. Deus submeteu ao Comandante dos Crentes os seus súditos com a complacência e perdão em si reunidos, pois, se for complacente com algum deles, o próprio ato de fazê-lo compreender será um testemunho de que isso não é fraqueza nem adulação; e, se for severo com algum deles, o próprio ato de perdoar será um testemunho de que isso não é violência nem crueldade. Abstemo-nos de mencionar outros misteres que não esses, por repugnância a parecermos estar em busca de louvores.

Então é mais apropriado que essas coisas sejam ferramenta para tudo quanto é significativo de bem no mundo e no além, no hoje e no amanhã, na elite e no vulgo. E muito desejamos que o Comandante dos Crentes – que Deus faça prosperar a comunidade depois dele – intensifique a preocupação de alguns governantes com a prosperidade dos súditos sob sua autoridade! Quão forte é a nossa evidência de que o interesse do Comandante dos Crentes pelas questões da comunidade, à qual dedica consideração e estima, é maior do que o interesse que o homem tem entre nós por sua própria família. Com menos que isso se fortaleceria a esperança e se estimularia a ação. Não há poder senão em Deus, louvado seja; Deus é o encarregado da plenitude.¹⁶

[2. O EXÉRCITO]

Dentre os misteres que se devem lembrar ao Comandante dos Crentes – que Deus o conserve –, há a situação do exército da população de Khorasan¹⁷, pois no Islã não se vê exército igual: seus componentes possuem uma índole que fará sua virtude se cumprir, se Deus quiser.

¹⁶ Esse parágrafo é repleto de sentenças exclamativas, pelo uso dos verbos na forma IV regidos por “ما أَشَدَّ ما أَرْجَانَا ما يُصْلِحُ أَشَدَّ ما يُصْلِحُ ما أَشَدَّ”.

¹⁷ خراسان Khorasan é uma região geográfica na fronteira com a Ásia Central, situada então a nordeste de Bagdá, sede do califado abássida, de onde provém os soldados que levaram essa dinastia ao poder. HOURANI, Albert. *Uma História dos Povos Árabes*. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2006., p. 53-4.

Quanto ao seu aspecto intrínseco, trata-se de uma população que entende a obediência, que tem virtude em relação aos demais, que tem castidade espiritual e carnal, que se abstém da corrupção, e que se submete aos governantes. Não temos conhecimento dessas características em ninguém mais além deles. Quanto ao seu aspecto extrínseco, eles necessitam, para a correção,¹⁸ do endireitamento do seu proceder, do seu juízo e da sua fala, pois se mesclam nesse grupo tanto o líder excessivo e dispendioso como o subordinado indeciso e titubeante¹⁹. Contudo, quem emprega, nos combates, um grupo qualquer, sem saber se os seus membros concordam em pareceres, dizeres e condutas, é como quem monta um leão que aterroriza quem o vê, sendo ele, contudo, o mais aterrorizado²⁰.

[2.1. *Amān*]

Se o Comandante dos Crentes escrever e tornar conhecido um regulamento²¹ eloquente e sucinto, que englobasse todas as coisas sobre as quais [os componentes do exército] devem agir ou das quais devem se abster, de forma persuasiva e moderada, para que os chefes o memorizem, até conduzirem o grupo por meio dele e nele engajar a maioria dos subordinados, isso será, segundo a vontade de Deus, um bem para o seu discernimento, um argumento contra os opositores e uma justificativa aos olhos de Deus.

Muitos dos oradores que hoje são líderes só falam, em suas ordens e alegações, que, se o Comandante dos Crentes ordenar às montanhas

¹⁸ النِّفْعَةُ *annaḥa*, segundo as edições de Beirute, significa “bastão”, referindo o instrumento com o qual eles devem receber correção, por meio de força.

¹⁹ O termo “titubeante” foi a opção para traduzir شاكٍ *šākin*, que, dada a falta de sinais diacríticos, permite duas leituras: شاكٍ *šākin*, da raiz شكك, com o sentido de “aquele que duvida, titubeante, vacilante”; ou شاكٍ *šākin* da raiz شكو, significa “aquele que reclama, reclamante, lamuriendo”.

²⁰ Ibn al-Muqaffa’ compara a ação de um exército que está em desacordo entre si com alguém aterrorizado que monta um leão, possivelmente pelo fato de ambas as ações serem insensatas e perigosas. Trata-se de um tropo da literatura árabe, constante em obras ficcionais, como, por exemplo, *O Sábio Sindibād* ou *Os Sete Vizires*.

²¹ O vocábulo “regularmente” traduz أمن *amān* que, em geral, é uma garantia de proteção, imunidade, um salvo-conduto, contudo não se trata aqui somente disso, mas também de um estatuto, pois implica um conjunto de regras para o exército. Pellat define *amān* nesse contexto como um regulamento militar que faz o papel de salvaguarda.

que se movam, elas o farão, e, se ordenar que se deem as costas à *qibla*²² durante as orações, isso será feito. Poucas vezes algum dissidente ouve tal discurso, que raramente chegará aos ouvidos de alguém sem provocar suspeita e dúvida no coração. Mas o que dizem os muçulmanos moderados é mais forte para o poder, mais poderoso para a autoridade, mais repressivo para o dissidente, mais satisfatório para o anuente, e mais sólido como justificativa aos olhos de Deus Todo-Poderoso.

[2.1.1. Obediência e desobediência aos imames]

Já ouvimos um grupo de pessoas dizer: “Não se obedece à criatura que desobedecer ao Criador”; construíram esse dizer de forma torta, e disseram: se o imame²³ nos ordenar a desobediência a Deus, ele será digno de ser desobedecido, e, se quem não for imame nos ordenar a obediência a Deus, ele será digno de ser obedecido; se o imame é desobedecido ao ordenar a desobediência [a Deus], e o não imame é obedecido ao ordenar a obediência [a Deus], logo ambos devem ter direito à igual obediência. Esse é um dizer conhecido que o demônio encontra como pretexto para que se negue obediência [a Deus], e no qual embute seus desejos: que as pessoas sejam iguais, que o imame não se encarregue de seus assuntos e que seu inimigo não seja alguém de peso²⁴.

Ouvimos outros dizerem: “Pelo contrário, obedecemos aos imames em todos os nossos misteres, e não indagamos sobre a obediência ou desobediência a Deus; nenhum de nós pode cobrar-lhes algo, [pois] eles são os detentores do poder, são pessoas de saber, e nós somos os subordinados, e devemos obediência e submissão”. Essa fala não é menos prejudicial no enfraquecimento da autoridade e na desfiguração da obediência que o dizer anterior a ele, pois resulta em algo abominável – na legitimação da desobediência a Deus declarada publicamente.

²² *qibla* قبله significa “direção, orientação”, e no islã se refere à direção da Caaba, ou seja, para onde devem ser dirigidas as orações.

²³ Imame é o chefe ou guia da *umma* أمة (comunidade religiosa) – refere-se aqui ao próprio califa.

²⁴ Com essas ideias fica evidente que Ibn al-Muqaffa’ defende a suprema autoridade religiosa do califa, o que é natural considerando-se o momento histórico no qual a epístola foi escrita: no início do califado abássida, pouco após a vitória deste sobre os omíadas.

As pessoas de virtude e bom senso disseram que tinham razão aqueles que haviam dito: “Não se obedece à criatura que desobedecer ao Criador”, mas não tiveram razão na negação e ridicularização da obediência aos imames. Teve razão quem adotou a obediência aos imames quanto aos pontos por eles definidos, mas não teve razão naquilo que se tornou ininteligível nas questões restantes.

Quando estabelecemos que o imame não deve ser obedecido ao desobedecer a Deus, isso [refere-se] aos preceitos da lei religiosa²⁵ e às sanções legais, sobre os quais Deus não concedeu poder a ninguém: se o imame proibir a reza, o jejum e a peregrinação²⁶, ou proibir as sanções legais e autorizar o que Deus proibiu, nisso ele não tem autoridade.

Quando defendemos a obediência somente ao imame, [fizemo-lo relativamente] ao bom parecer, à disposição e ao poder, [na medida em] que Deus colocou as rédeas do poder²⁷ nas mãos dos imames, não havendo para ninguém [mais] poder ou obediência – na expedição [de guerra] e em seu retorno, na acumulação e na partição [dos espólios], no emprego e na revogação, no julgamento por pareceres para aquilo que não há precedente, no cumprimento das sanções legais e dos julgamentos conforme o Livro e a Suna²⁸, na luta e na astúcia contra o inimigo, e nos negócios dos muçulmanos. Todos esses misteres e outros semelhantes são de obediência obrigatória a Deus Todo-Poderoso e ninguém senão o imame tem direito sobre eles; quem desobedecer ao imame nesses assuntos, ou o trair, lançará a si mesmo na desgraça.

Esses dois misteres²⁹ se distinguem somente com base em Deus Todo-Poderoso, isso porque ele concedeu o sustento das pessoas e a boa condição de suas vidas aqui e no além por meio de dois atributos: a religião

²⁵ A lei religiosa é aquela que Deus impôs aos seres humanos.

²⁶ A reza ritual, o jejum durante o mês de Ramadã e a peregrinação a Meca representam três obrigações básicas dos muçulmanos, acordadas entre a comunidade muçulmana a partir de sua prática inicial e da reflexão sobre o Alcorão.

²⁷ Os vocábulos *أزمة* *azimma*, “rédeas”, “guias”, e *عري* *urā*, “aro”, “argola”, referem-se aqui, segundo as edições de Beirute, à gestão do poder.

²⁸ O termo “Livro” é aqui referência ao Alcorão, livro sagrado dos muçulmanos, o qual, junto com a suna (tradição do Profeta), representa a base dos preceitos islâmicos.

²⁹ Os dois misteres são a obediência e a desobediência aos imames, tratados nesta seção.

e a razão. A razão deles – mesmo lhes sendo essa uma enorme graça de Deus Todo-Poderoso – não atingiu o conhecimento do caminho correto, nem fez a sua gente alcançar a aprovação de Deus, salvo a graça por meio da qual lhes completou a religião estabelecida para eles, e por meio da qual alegrou o coração de quem, dentre eles, quis o caminho correto.

Ademais, se na religião por Ele trazida Deus tivesse estabelecido todas as coisas em seus mínimos detalhes, sem deixar de lado, em todas as letras de Suas sentenças, pareceres e ordens, nada do que, enfim, poderia ou haveria de ocorrer aos homens, desde o momento em que enviou o seu profeta – Deus o bendiga e salve – até o dia em que eles o encontrarão de novo, nesse caso, então, os homens seriam forçados a fazer o que está além de suas capacidades; sua religião se tornaria demasiado difícil de seguir e se abateria sobre os seus ouvidos o que a sua audição não consegue suportar, nem sua inteligência compreender, e então as suas mentes e corações (que Deus generosamente lhes concedeu) ficariam perplexos, tudo se tornaria uma mixórdia imprestável, e ninguém agiria senão em conformidade com alguma ordem transmitida diretamente dos céus. No entanto, Deus foi generoso concedendo-lhes uma religião na qual não cabem os seus pontos de vista, tal como disseram os tementes adoradores de Deus: “Não estaríamos na boa senda se acaso Deus a ela não nos tivesse conduzido”.³⁰

Logo, confiaram-se o poder e a disposição daquilo que não se enquadra nisso ao parecer, mas confiou-se o parecer aos detentores do poder, limitando-se as demais pessoas a tratar desse assunto por meio de uma sugestão quando consultadas, de resposta quando chamadas e pelo bom conselho dado às ocultas.

O governante não merecerá tal obediência senão pela aplicação dos preceitos divinos e das tradições que tenham um papel análogo.

Não está entre as melhores doutrinas, destarte, aquela que procura estabelecer superioridade dos membros da família do Comandante dos Crentes sobre os membros de quaisquer outras famílias, e de outras coisas de cuja lembrança as pessoas necessitam, nas quais existem célebres falas meritórias bem mais eloquentes do que o exagero dos fanáticos, pois o argumento está estabelecido e o assunto está claro, graças a Deus.

³⁰ Parágrafo muito confuso. A citação final é de Alcorão: 7-43.

[2.2. O imposto fundiário]

Aquilo que [o Comandante dos Crentes] deve considerar para o bem desse exército, entre outras coisas, é não encarregar nenhum de seus componentes de nada ligado ao imposto fundiário³¹, pois a sua administração causa corrupção nos combatentes. Assim, seguiu-se mantendo-a longe deles e removendo-os [dessa incumbência], pois eles são pessoas ousadas a ponto de provocar desgraças e quando arrecadam *dirhams* e dinares³² ousam [se apoderar] deles. Quando caem na deslealdade, todo os seus desígnios se tornam desordenados, tanto a lealdade³³ como a obediência, pois, caso eles interfiram no aumento do imposto, seu orgulho os leva à rebelião³⁴, pois a sua administração causa depravação, degradação³⁵ e vileza, ao passo que a posição do combatente deve ser de honra e gentileza.

Aquilo que [o Comandante dos Crentes] deve considerar dentre as questões relativas a eles [os componentes do exército] é que há entre eles desconhecidos mais virtuosos do que alguns de seus oficiais, de forma que, se fossem procurados e tratados bem, eles ofereceriam presteza e força, e isso seria um bem para os oficiais que estão acima e para o povo que está abaixo.

³¹ O imposto fundiário (خراج *ḥarāj*) é o imposto aplicado sobre a terra ou seu produto, surgido no período abássida. Com a necessidade de arrecadação de impostos, foram delimitados dois impostos principais, baseados nas normas islâmicas: o *ḥarāj* e a *jizya* (imposto de capitação aplicado a não muçulmanos, segundo sua riqueza). HOURANI, Albert. *Uma História dos Povos Árabes*. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, pp. 61-62.

³² *Dirham* (pl. *darāhim*) eram as moedas de prata usadas no califado desde o final do século VII, e *dīnār* (pl. *danānīr*) eram as moedas de ouro.

³³ A tradução de نصيحة *naṣīḥa* ("lealdade") seguiu Pellat. Esse termo aparece na página anterior, trecho em que se optou por traduzir como "conselho". O vocábulo significa "bom conselho", "exortação", "aviso leal".

³⁴ A tradução de أخرجتهم الحمية *aḥrajathum alḥamīya* foi conforme explicações da edição de Yūsuf Abū Ḥalaqa.

³⁵ A tradução do termo حَقْرِيَّة *ḥuqrīya* ("degradação"), que não está registrado nos dicionários consultados, foi de acordo com as notas explicativas das edições do texto árabe.

Tendo isso em vista, eles devem ter uma instrução engajada no aprendizado do Livro e no estudo da Suna, n[as noções de] fidelidade e castidade, buscando o afastamento das pessoas [movidas pela] paixão³⁶; demonstrar moderação e modéstia, passando ao largo da opinião dos ricos e de seus semelhantes, tal como se porta o Comandante dos Crentes em seus próprios assuntos. Tal atitude é constantemente demonstrada pelo Comandante dos Crentes, que emite dizeres sobre ela, de modo que sabemos tanto de seu ódio à ostentação e à imoderação como a quem as pratica, e de seu amor pela moderação e modéstia e por quem as adota. Sabe-se até mesmo que os favores do Comandante dos Crentes são interditos a quem acumula por avareza, ou despense imoderadamente em perfumes, vestimentas e valores exorbitantes com mulheres e luxo³⁷, e [sabe-se] que o Comandante dos Crentes prefere favorecer quem visa o benefício e a abnegação.

[2.2.1. O soldo]

Há também a questão do soldo [dos componentes do exército]. O Comandante dos Crentes deve fixar-lhes uma data, conhecida por eles, a cada três ou quatro meses ou o que lhe parecer apropriado, e todos devem ter conhecimento da sua justificativa, do estabelecimento de seu livro de contas e do registro de seus nomes, e devem saber a data na qual recebem, pois assim se evitam contemporizações e reclamações. Assim, mesmo que uma única palavra seja emitida a respeito disso por algum deles, ela será mais digna de ser levada a sério, e tal assunto merecerá ser logo resolvido.

Embora o Comandante dos Crentes já conheça o alto soldo e as elevadas quantias que lhes são destinadas, e [saiba] que se a alta do preço do imposto fundiário for divulgada necessariamente causará estagnação e falência, [sabendo] que para toda coisa há aumento, a alta no valor do imposto do Iraque se dá pela subida nos preços, e o valor do soldo que

³⁶ A expressão “pessoas movidas pela paixão” traduz أهل الهوى *ahl alhawà*, as que agem movidas pelo desejo, pela desrazão, tendo هوى *hawà* aqui sentido oposto ao de “opinião”.

³⁷ A tradução de “luxo” seguiu Pellat, que explica o termo مراتب *marâtib* (plural de مرتبة *martaba*, “grau”, “nível”) como alusão a um gosto pelo luxo. PELLAT, Charles. *Ibn-Almuqaffa: Mort vers 140/757, “Conseiller” du Calife*. Paris: G.-P. Maisonneuve et Larose, 1976, p. 83.

o exército requer hoje é devido à alta do preço. Logo, é de boa estima, se Deus quiser, que o campo³⁸ não tenha prejuízo, nem o Tesouro, déficit, em nome do Misericordioso, mas que eles [os componentes do exército] obtenham [a atualização de preços] em seu soldo. Contudo, isso não será para eles uma perda, pois eles assim comprariam com pouco aquilo que [antes] compravam com muito.

Então eu digo: quem dera o Comandante dos Crentes preservasse algo do soldo, tornando parte dele víveres e a outra parte forragem, sendo pago em espécie, pois, se o seu valor fosse assim estimado, teria como resultado a conta do valor dos víveres e da forragem, e assim não haveria em seus soldos déficit iminente que desaprovassem. Isso seria um caminho para lhes garantir o enfrentamento do inimigo e para manter a salvo o Tesouro deles quando o pagamento atrasasse, apesar de que, se os preços subirem, eles tomarão sua parte no excedente dele.

[2.3. A demanda de informações]

Para a sustentação dos misteres [do exército], com a permissão de Deus, [é preciso] que não escape ao Comandante dos Crentes nada de suas informações e condições, nem o mais íntimo de seus misteres, em Khorasan, em Al-Askar³⁹ e nas fronteiras, sem fazer economia de gastos, e recorrendo somente a alguém de confiança e leal. Com efeito, é mais correto abandonar isso e outras ações semelhantes do que recorrer àqueles que não sejam de confiança, pois a consequência seria a ignorância e a mentira.

[3. O IRAQUE]

Dentre aquilo que se deve lembrar ao Comandante dos Crentes – que Deus o conserve –, há a situação das duas metrópoles [Basra e Kufa], pois [n]elas, depois da população de Khorasan, estão as pessoas mais próximas de serem suas partidárias e defensoras⁴⁰, além de sua mistura com a população de Khorasan, donde eles em geral provêm. Como o Comandante dos Crentes observa sua sinceridade de vínculos, para ter conhecimento

³⁸ O termo “campo” neste contexto refere-se à agricultura.

³⁹ Quando a dinastia abássida tomou o poder dos omíadas, em 750, delimitou Al-Askar como a capital do Egito, assim permanecendo até o ano de 868.

⁴⁰ O termo “defensoras” traduz حقيبة, que significa “mala”. Cogita-se que haja erro de transcrição.

de seus misteres deve recorrer às pessoas de Khorasan, mesmo que haja também a corrupção de sua condição e a mistura de diferentes pessoas: os árabes com os não árabes, e a população de Khorasan com as das duas metrópoles.

[3.1. Os servidores do regime]

Entre a população do Iraque há [uma classe que possui] entendimento, honestidade, inteligência e eloquência, algo que dificilmente se duvida de que exista somente nessa classe de muçulmanos⁴¹; outros não possuiriam nem mesmo a metade disso. Logo, se o Comandante dos Crentes quer se contentar com tudo o que lhe é solicitado por aquela classe⁴² de pessoas [do Iraque], esperamos que estejam dotadas daquilo tudo. Aquela classe foi prejudicada pelos governantes do Iraque no passado, quando houve governantes iníquos, e, assim como eles, os assistentes provenientes das metrópoles. Logo, o que esses vis manifestavam era atribuído a toda a população do Iraque, e assim a consideraram os seus inimigos da Síria para repreendê-la.

Adiante, houve esta mudança [de califado], e então os vizires e trabalhadores que estão subordinados a vós só se juntaram aos mais próximos daqueles que lhes eram próximos, ou daqueles que tinham a oportunidade de obter poder; logo, homens de toda a população do Iraque caíram em situações desonrosas, qualquer que fosse a sua posição: entre servidores do califa, na administração de um trabalho, em uma posição de confiança ou na ocupação da guerra santa. E era da opinião das pessoas de mérito que se deveriam substituí-los, o que fez com que demorasse para [os bons] serem conhecidos e aproveitados.

Caso quem detenha o poder seja do tipo que, não conhecendo as pessoas antes de comandá-las, não deixa de perguntar sobre elas a quem as conhece, perseverando em suas investigações minuciosas, neste caso, a situação se inverte e os homens assumem suas [devidas] posições. Isso porque as pessoas que encontram [o detentor do poder] são só os presunçosos, usando o melhor que conseguem de silêncio e palavras. Apesar

⁴¹ “Muçulmanos” é a tradução de أهل القبلة *ahl alqibla*, “gente da *qibla*” (referência islâmica da direção da Caaba, para a qual devem ser dirigidas as orações).

⁴² O termo “classe” traduz طبقة *tabaqa*, que nesse contexto, segundo a edição de Fahmī Saʿd e Ṭānyūs Faransīs, significa “a elite favorecida”.

de apresentarem essa deficiência, eles têm mais forte presunção, mais doce linguagem, mais clemente polidez para com os vizires ou [se servem de] intriga para que sejam enaltecidos para além destes. Se o governante preferir ver como leal um único homem dentre aqueles que não são dignos disso, atrairia para si toda aquela classe, que se mostraria ambiciosa, ousando contra ele e aglomerando-se em seu entorno. Caso as pessoas de mérito vejam isto, abstêm-se e o evitam, pois desgostam de serem vistas fora de seus lugares ou próximas daqueles que não lhes são semelhantes.

[3.2. Questões de direito]

Aquilo que o Comandante dos Crentes deve considerar, entre outras coisas, a respeito dessas duas metrópoles [Basra e Kufa] e de outras metrópoles e regiões [do califado] é a divergência de julgamentos contraditórios, que atingiu um nível elevado no que diz respeito ao sangue [condenações à morte], às mulheres [delitos sexuais] e aos bens. Enquanto em Hira a condenação à morte e o delito sexual são lícitos, em Kufa são ilícitos, sendo também dessa forma a divergência no coração de Kufa, pois é lícito em uma região da cidade o que é ilícito em outra. Contudo, apesar da diversidade, os muçulmanos consideram executar as condenações à morte e aquelas relacionadas às mulheres, na medida em que são julgadas por cádis de poder e julgamento legítimos. Mesmo assim, dentre a população do Iraque e a do Hejaz, aqueles que assim consideram fazer são somente um grupo em que persiste a presunção do poder em suas mãos, desdenhando os outros, a fim de, sem consideração, introduzir aquilo [tais medidas] em assuntos que alvoroçam o sangue dos homens de inteligência que os ouvem.

Quanto a quem dentre eles [os cádis] finge a observância da Suna⁴³, torna tradição o que não o é, chegando ao ponto de derramar sangue sem clara comprovação nem argumento para aquilo que alega ser tradição. Se indagado sobre o assunto, não poderia dizer que foi derramado sangue por isso à época do mensageiro de Deus – que a paz esteja com ele – ou dos imames “bem guiados”⁴⁴ que o sucederam; e, se lhe dizem: “Qual sangue

⁴³ Suna, conforme mencionado, é a tradição do Profeta, constituindo, a partir do saber acumulado da comunidade, a maneira considerada correta de agir. Junto com o Alcorão, é a base para o estabelecimento das leis do califado.

⁴⁴ Os quatro primeiros califas, Abū Bakr (Abu Baquir), ʿUmar (Omar), ʿUṭmān (Otomão) e ʿAlī (Ali), são conhecidos como الراشدون *arrāšidūn*, os “corretamente guiados”.

foi derramado para essa tradição que sustentam?”, ele diz: “Fez aquilo Abdal Malik Ibn Maruane⁴⁵ ou um emir entre aqueles emires”⁴⁶. Adota unicamente uma opinião por meio da qual, estando resoluto sobre um assunto importante para os muçulmanos, alcança dizer algo com o qual nenhum deles concorda. Logo, não causa estranheza [ao muçulmano] o seu isolamento naquilo e a execução de seu julgamento, pois ele reconhece que uma opinião dele não argui o Livro nem a Suna.

Assim, se o Comandante dos Crentes considerasse ordenar que esses julgamentos e procedimentos diferentes fossem remetidos a ele num livro e submetidos consigo ao escrutínio da tradição e do raciocínio por analogia sustentados por cada grupo; se, em seguida, o Comandante dos Crentes considerasse aplicar isso em cada processo sob o seu parecer, inspirado por Deus, e se se decidisse resolutamente a proibir qualquer julgamento divergente, e se escrevesse com base nisso um livro extenso, poderíamos então esperar que Deus fizesse convergir tais julgamentos, em que se misturam acerto e erro, em um único julgamento apropriado; e poderíamos esperar que a convergência dos procedimentos estivesse associada à unanimidade das questões sob o parecer do Comandante dos Crentes e por sua língua. Futuramente, esperamos que assim seja com os próximos imames [até] o fim dos tempos, se Deus quiser.

Quanto à divergência de julgamentos, ela pode ter sido transmitida por antepassados cuja tradição não era unânime, de modo que um grupo a organiza com uma abordagem e outros com outra, então um dos dois grupos [deve] ser considerado o mais merecedor de ser aprovado e uma das duas questões, a mais próxima da justiça; ou então ela pode ser devida a um parecer formulado pelo raciocínio por analogia, que se diferenciou e se propagou apresentando um erro no princípio da analogia e no início de uma questão sobre o que não lhe é similar; ou ainda pode ser devida ao quanto [uma pessoa] se mantém firme no raciocínio por

⁴⁵ Abdal Malik Ibn Maruane (ʿAbd Almalik Ibn Marwān) foi um califa representativo da dinastia omíada, cujo califado de 685 a 705 é marcado pela adoção do árabe como língua administrativa, nova cunhagem de moeda e construção de edifícios monumentais.

⁴⁶ Os cádis aqui criticados por Ibn al-Muqaffa’ são aqueles que, em vez de embasarem seus julgamentos na tradição do Profeta ou dos califas “corretamente guiados”, justificam-nos por meio de um califa omíada.

analogia⁴⁷. Com efeito, quem quiser perseverar no raciocínio por analogia e não o abandona nunca em assunto de religião e de julgamento, cai em dificuldades, realiza equívocos e fecha os olhos ao ignóbil, conhecendo-o e notando-o, mas recusando-se a deixá-lo por resistência a abandonar o raciocínio por analogia.

Entretanto, o raciocínio por analogia é um guia por meio do qual se deduzem coisas boas, logo, se levar ao [que é] bom e reconhecido, deve-se adotá-lo, e se levar ao ignóbil e reprovável, deve-se deixá-lo; porque não se deve almejar o raciocínio por analogia por si mesmo, mas as boas questões, o seu reconhecimento e o direito que sua gente mais merece. Se existisse o “certo” destinado a orientar as pessoas, seria considerado como verdadeiro, e não haveria a necessidade de usar critérios de analogia, pois se alguém quisesse que a verdade o guiasse não se deixaria conduzir [necessariamente] por aquela.

Com efeito, se um homem disser: “Ordenas que eu seja sincero e não minta nunca?”, respondem-lhe: “Sim”. Logo, se for requerido dele que prossiga e se ele disser: “Devo ser sincero nisso e naquilo?”, até que se alcance por meio disso que ele diga a verdade sobre um homem fugitivo, cujo perseguidor pede para ele o indicar a fim de maltratá-lo e matá-lo, nesse caso ele seria obrigado a abandonar o raciocínio por analogia⁴⁸ e seria aconselhável que deixasse daquilo para dirigir a atenção ao que é unânime, conhecido e aprovado.

[4. A SÍRIA]

Dentre aquilo que se deve lembrar ao Comandante dos Crentes, há a população da Síria, pois ela possui inconvenientes mais acentuados e hostilidade e calamidade mais temíveis. O Comandante dos Crentes não [deve] repreendê-la pela hostilidade nem esperar que todos lhe concedam a amizade. É aconselhável no seu caso que o Comandante dos Crentes

⁴⁷ Ibn al-Muqaffa discute neste trecho a autenticidade e o uso da tradição do Profeta e dos diferentes critérios de jurisprudência para dirimir uma questão legal, notadamente a extensão do uso do raciocínio por analogia. Conforme discutido na seção 2.1.1. Obediência e desobediência aos imames, o autor defende que a interpretação religiosa deveria ser autoridade do califa. Contudo, essa posição seria posteriormente assumida pelo consenso (*ijmāʿ*) de sábios religiosos.

⁴⁸ Ibn al-Muqaffa exemplifica uma situação na qual é preferível abandonar o raciocínio por analogia, na medida em que se deve antes mentir que trair um fugitivo.

favoreça dentre eles uma elite da qual ele [possa] esperar o bem, ou de quem ele obtenha o bom conselho ou a lealdade, pois aqueles [a elite] não demorarão para se afastarem de seus companheiros em opinião e paixão, e para se introduzirem nos assuntos que lhes forem atribuídos. Com efeito, já vimos exemplos parecidos entre a população do Iraque, os quais a população da Síria acredita que sejam viciosos. Contudo, a população da Síria recebeu retaliação: foram privados tal como eles privavam as pessoas; tiveram seus espólios destinados a outros tal como os espólios dos outros lhes eram destinados; foram afastados dos púlpitos, das reuniões e das funções, tal como eles afastavam dali aqueles sobre os quais não ignoravam o mérito no precedente [da conversão] e naquelas situações; foram-lhes proibidas as comodidades, tal como eles proibiam as pessoas de pegarem uma porção da refeição que os seus emires haviam feito para o povo.

Se o Comandante dos Crentes evitar para si mesmo essa conduta e o que a assemelha, não contradisser o que reprovou, e não imitar o que o enraiveceu, fará justiça ao limitar-lhes [aos sírios] os seus espólios, e conceder o excedente que saiu dos distritos da Síria às despesas, e o excedente que saiu do Egito aos direitos da população de Medina e Meca, de maneira que o Comandante dos Crentes faça do livro de contas de seus combatentes o livro de contas deles, o qual ou aumenta ou diminui. Contudo, deve exigir das pessoas de força e de valor o mínimo necessário e trivial obediência, dando preferência somente a uma elite conhecida. O livro de contas deverá ser o primeiro objetivo estabelecido e [deve-se] ordenar para cada exército da Síria⁴⁹ a disposição de suprimento que seja tirada à sorte, e equalizá-los naquilo que não eram iguais ao fornecer os seus suprimentos, de forma que nenhum muçulmano seja prejudicado.

Quanto aos seus ímpetos, que os aterrorizados temem, afirmo pela minha vida que, se forem tratados com justiça – e não o foram –, eles se prontificarão a não serem impetuosos e imprudentes. Mas nós estamos convencidos, graças a Deus, de que somente eles mesmos [sírios] se ocupam disso [ímpetos], e de que o Comandante dos Crentes leva a vitória sobre eles [até] o fim dos tempos, se Deus quiser. Com efeito, quando a

⁴⁹ Os exércitos da Síria eram cinco: Damasco, Homs, Cálcis, Jordânia e Palestina. Trata-se de grupos leais aos omíadas, dinastia anterior que perdeu o califado para os abássidas.

soberania se retira de um grupo deixa-o agitado, de forma que essa agitação será o motivo de sua extirpação e subjugação.

[5. OS SERVIDORES DO CALIFA]

Dentre aquilo que se deve lembrar ao Comandante dos Crentes, há a situação de seus servidores, pois de fato está entre as questões de governo mais dignas de exame minucioso e escolha deliberada. Com efeito, os seus servidores são a sua corte, o ornamento de suas assembleias, a língua de seus súditos, os auxiliares de suas decisões, os objetos de sua generosidade e a elite em relação ao seu povo. Antes do califado do Comandante dos Crentes, os encarregados da função de servidores, dentre os vizires e secretários, haviam agido de forma ignóbil, com excessiva hediondez e prejudicial para a nobreza, o decoro e a administração, atraindo os iníquos e afastando os íntegros. Assim, o partido do califa havia se tornado algo ridículo, desejado pelos patifes, ao qual se consagrava quem desejava aquilo que lhe é inferior.

Dessa forma, quando encontramos Abū Al^oabbās – que Deus o tenha em sua misericórdia – e eu estava em meio a pessoas devotas e notáveis da população de Basra, um grupo deles se recusou a vir a ele, e dentre eles alguns se ausentaram e não se apresentaram, enquanto outros fugiram depois de terem vindo, preferindo a desobediência a uma situação ruim. Eles se desculparam por isso somente depois da perda do secretariado, da autorização e do acesso à corte do califa⁵⁰, dizendo: “Os mais nobres de nosso país desejavam posições junto a quem era mais humilde, inferiores as dos emires de nossos governantes de hoje, mas isso implicava uma ação nobre e um mérito pessoal, de modo que as pessoas eram consideradas e julgadas com base nisso”. Quanto a hoje, nós vemos Fulano e Beltrano difundirem os seus nomes sem serem [da linhagem] dos antigos nem terem um feito heroico⁵¹ recente. Assim, ó Comandante dos Crentes – que Deus te honre –, quem [poderá] desejar o que se vê aqui?

⁵⁰ المكتب *almaktab*, الدعوة *adda'wa* e المدخل *almadhal* foram traduzidos com base nas notas das edições de Beirute.

⁵¹ بلاء *balā'*, “bravura”, “feito heroico”, são os valores do combatente em defesa do islā. Esse termo muitas vezes aparece na epístola relacionado a غناء *ḡanā'*, o qual optou-se por traduzir por “valor”.

Somente quando toda a justiça vier por temor a Deus Todo-Poderoso, e as coisas forem colocadas em seus devidos lugares.

Disse um poeta antigo:

As pessoas não são íntegras na anarquia, sem notáveis
e não há notáveis quando os ignorantes dominam.

E disse:

Eles fizeram de Nasr chefe, e cada tribo
elucida com sensatez quem a governa.⁵²

A situação desses servidores incluía coisas espantosas nas quais se introduziram injustiças. Quanto ao espanto, ouvimos as pessoas dizerem: “Nunca vimos algo mais espantoso que esses servidores: há aquele que não atinge uma educação nobre, nem tem mérito pessoal reconhecido, de forma que emite parecer odioso, é famoso entre a população de sua metrópole pela imoralidade, passou todo o seu tempo como artesão trabalhando com as mãos e, apesar disso, não considera um feito heroico ou valoroso, mas tornou-se servidor graças a alguém que lhe deu ouvidos, e assim chegou aonde quis e passou a ter a permissão de entrar na casa do califa muito antes dos filhos de Muhajirun e de Ansar⁵³, antes dos parentes do Comandante dos Crentes e de respeitáveis famílias árabes, sendo-lhe concedido o dobro do soldo que se concede a muitos Banu Hashim e a outros notáveis coraixitas, além de receber subsídio próximo a isso. Não o coloca nessa posição a consideração por parentesco, nem o conhecimento da religião, nem feitos heroicos no combate ao inimigo conhecido, nem antepassados notórios, nem uma façanha recente, nem a necessidade dele num dado assunto, nem a sua presteza à disposição; ele não é um cavaleiro, nem um orador, nem um grande erudito, mas serviu a um secretário ou a um camarista, e o informou que a religião só se mantém graças a ele, de forma que escreveu como quis e entrou onde quis”.

Quanto à injustiça que se introduziu ali [a situação dos servidores], ela é significativa, afetou particularmente os coraixitas, mas se estendeu a

⁵² O primeiro verso é atribuído ao poeta pré-islâmico Alafwah Alawdī. Há nele uma oposição entre *سراة sarā*, “classe dirigente”, “notáveis” e *جهال juhāl*, “ignorantes”. Já o autor do segundo verso não foi identificado.

⁵³ Muhajirun e Ansar são aqueles que emigraram com o Profeta para Medina e o seguiram lá.

muitas pessoas, submetendo os nobres e valorosos a severas provas e difíceis perdas; de fato, ao permitir que entrem em sua corte [aqueles que não mereciam] e se sentem junto a ele, ao conceder aos seus servidores soldo e subsídio, preferindo uns em detrimento de outros, o califa condena gravemente as pessoas de ascendência nobre, de importância e de feitos heroicos. Não é como as elites de privilégio e as posições e funções delicadas atribuídas especialmente pelo mestre a quem ele quiser, mas faz parte do julgamento importante e geral, no qual as pessoas que passaram com antecedentes meritórios, as que sobreviveram de memoráveis façanhas e as de feitos heroicos e virtuosos são julgadas com justiça ou com o que se imagina que seja a justiça para elas. Pois de fato as injustiças que mais urgentemente precisam ser suprimidas e alteradas são as prejudiciais e indignas, as que são uma desonra para a autoridade, as que podem ser suprimidas sem inconvenientes nem contendas, não despertam a raiva do povo, tampouco causam crueldade e prejuízo.

Os servidores do Comandante dos Crentes – que Deus o honre – possuem privilégios e virtudes que revelam a ação nobre e sublime própria da nobreza de sua gente e do mérito pessoal de sua linhagem, com direito a serem preservados e defendidos, mas disso só deve se beneficiar um homem que surpreende por alguma qualidade; ou que tenha uma peculiaridade devido a seu parentesco ou a um feito heroico; ou alguém cuja nobreza, parecer e conduta sejam dignos da corte do Comandante dos Crentes, de conversar com ele e de aconselhá-lo; ou aquele dotado de coragem pela qual é reconhecido e para a qual está preparado, reunindo ao mérito pessoal a sua honestidade, e que é promovido do exército ao séquito do califa; ou um homem versado em conhecimentos religiosos e conciliador, que seja colocado no meio das pessoas para que se beneficiem de sua retidão e de seus conhecimentos religiosos; ou um homem nobre que não corrompa a si mesmo nem aos outros. Quanto a quem usa a recomendação como meio, [deve] se limitar, ou ser-lhe limitado, ao benefício e à probidade que não degradem o parecer nem modifiquem a ordem dos assuntos. Assim, aqueles servidores devotos [deverão] permanecer em suas posições e ter acesso à corte do califa, e um secretário não [deve] ter poder de aumentar ou diminuir o soldo, nem um camarista de despachar ou retardar a permissão de entrar.

Dentre aquilo que se deve lembrar ao Comandante dos Crentes, há a situação dos jovens de sua corte, dos seus irmãos, dos filhos de Ali e dos

filhos de Al-Abbas, pois há entre eles homens que se fossem incumbidos de importantes questões e funções, seriam resolutos em determinados aspectos e demonstrariam presteza em outros.

[6. A TERRA E O IMPOSTO FUNDIÁRIO]

Dentre o que se deve lembrar ao Comandante dos Crentes, há a situação da terra e do imposto fundiário, pois as terras mais vastas, as de maiores perigos, as de maiores inconvenientes e as mais próximas de perdas são as que estão entre a planície e a montanha, e que não podem ser definidas como áreas rurais nem aldeias. Os fiscais não possuem [uma instância de] poder à qual se possa recorrer para pedir-lhe as contas ou que interfira nos julgamentos dos agricultores, depois que estes se esforçaram por preservá-la [a terra], desejando dela o benefício dos que a trabalharam com as próprias mãos; então a conduta dos fiscais a respeito deles é, das duas, uma: ou a do homem que trata com grosseria ou violência quem encontra, perseguindo os homens das áreas rurais [ou investindo] de forma abusiva contra quem ali se encontra; ou a do topógrafo que aplica o imposto fundiário a quem cultivou a terra e livra quem não a cultivou, obrigando a pagar quem a preservou e salvando quem a destruiu.⁵⁴

Contudo, as bases de cobrança [dos impostos] sobre os distritos não eram fixas nem conhecidas, e não houve distrito que não tenha tido o seu pagamento modificado várias vezes, desaparecendo o pagamento de uns e permanecendo o de outros. Se o Comandante dos Crentes exercer o seu parecer no estabelecimento do pagamento sobre as áreas rurais, as aldeias e as terras, de forma que isso seja conhecido, registrado nos livros de conta e tenha as suas bases consolidadas, para que um homem seja cobrado somente por uma taxa já conhecida e garantida, só se esforçando em preservar o que lhe trará benefício e ganho, se assim for, nós poderemos esperar que haja bem-estar para os seus súditos, preservação para a terra e supressão das oportunidades para a deslealdade e a injustiça por parte dos fiscais.

⁵⁴ Deve-se entender aqui que o cultivo da terra a preserva, ao passo que não cultivar a terra implica destruí-la. Ibn al-Muqaffa denuncia, portanto, os agricultores que deixaram sua terra sem cultivo e são recompensados por isso, enquanto os que cultivaram sua terra são penalizados por seu zelo.

A carga deste parecer é difícil, os homens que o apoiam são poucos e o seu ganho é retardatário. Não há além deste julgamento sobre a questão do imposto fundiário outra [alternativa] senão a conduta que já vimos ser adotada pelo Comandante dos Crentes, e não a vimos em ninguém antes dele, que é a de escolher os fiscais e inspecioná-los, repreendendo-os e substituindo-os [quando necessário].

[7. A PENÍNSULA ARÁBICA]

Dentre o que se deve lembrar ao Comandante dos Crentes, há a Península Arábica – Hejaz, Iêmen, Iamama e outras regiões. Espera-se que o Comandante dos Crentes, se ele mesmo renunciar às suas riquezas provenientes das esmolas legais e de outras [coisas], escolha para a sua administração as melhores pessoas, sejam de sua corte ou não. Isso revelaria a perfeição da conduta justa e a boa palavra da qual Deus dotou o Comandante dos Crentes e com a qual o honrou, de forma que tal escolha propiciaria, com a permissão de Deus, proteção e organização para todas as questões das metrópoles, dos exércitos, das zonas fronteiriças e dos distritos.

[8. A CORREÇÃO DO POVO]

As pessoas são propensas à corrupção e à depravação, como o Comandante dos Crentes já sabe, e têm necessidade de correção de suas maneiras e de seu método, mais do que a necessidade que têm do alimento por meio do qual vivem. A população de cada metrópole, exército ou zona fronteira necessita de educadores e corretores, dentre as pessoas versadas em conhecimentos religiosos, na Suna e de conduta exemplar, que mencionam [Deus], esclarecem os erros, advertem contra a ignorância, proíbem inovações [em assuntos religiosos], desaconselham revoltas, investigam os misteres do povo no meio do qual se situam, até que não lhes escape nada de importante, para, em seguida, [procurarem] melhorar a situação do povo, remediando com o parecer, a cortesia e o bom conselho aquilo que reprovarem, submetendo o que for difícil a quem esperam ter força para resolver; [essas pessoas] são confiáveis para proceder naquilo [a correção do povo] e fortificá-lo, discernindo as ideias que considerarem apropriadas e sendo hábeis em extirpá-las antes que se consolidem.

Em cada agrupamento [deve] haver uma elite de homens que, se postos para isso, recebam subsídio, devendo se mostrar gentis. Eles recebem incentivo para suas ideias e ajuda em sua subsistência, o que

facilita [suas tarefas] e os torna disponíveis para sua função. A consequência disso revela sua importância de duas maneiras: a primeira delas é o retorno das pessoas depravadas ao bem e das pessoas desunidas à união; e a segunda é de só se mover em relação a um assunto do povo tendo um olho leal que o veja, e de apenas sussurrar a uma orelha compassiva que o ouça. Se assim for, as pessoas depravadas não poderão especular sobre os misteres e fecundá-los, e se não forem fecundados o seu produto será, com a permissão de Deus, inofensivo.

Nós já sabemos, de um modo que não se imiscui a dúvida, que o povo nunca garantiu seu próprio bem-estar por si mesmo, e que o bem-estar só chegou a ele por meio de seu imame; e isso porque há um número de pessoas que em suas fraquezas e ignorâncias não estão satisfeitas com suas próprias ideias, não carregam o saber e não compreendem as questões. Assim, quando Deus concedeu a elas uma elite de pessoas de religião e de razão para a observarem e escutarem, e a elite se ocupa dos misteres do povo dedicando-se a eles com seriedade, lealdade, perseverança e força, assim Deus concede bem-estar à comunidade, motivação para a gente de bem dessa elite e uma gratificação extra na graça que Deus lhes concedeu como meio de atingir todo o bem.

A elite tem necessidade do imame, por meio do qual Deus a faz prosperar, tal como e ainda mais do que o povo tem necessidade da elite. É por meio do imame que Deus faz prosperar os seus assuntos, reprime as pessoas que a contestam, reúne as suas ideias e palavras, elucida a sua posição junto ao povo e lhes concede argumentos e força no discurso contra quem se desviou do caminho de seus direitos [em relação à elite].

Quando vimos que essas questões se juntam umas às outras, e soubemos da condição do Comandante dos Crentes por meio da qual Deus reuniu a elite de muçulmanos no desejo de boa colaboração, cooperação e esforço para o bem-estar do povo, desejamos para eles aquilo, ó Comandante dos Crentes, e o desejamos para o povo deles, e esperamos que aqueles que trabalharem nesta questão sejam providos por Deus de exatidão e força para isso. Pois se a questão ajudar a si mesma, concede propósito ao enunciador e sucesso para quem se esforça.

Não há mudança e poderio senão por Deus, Ele é o senhor das criaturas, o detentor do poder. Ele decreta os seus assuntos e os conduz com grande poder e saber preexistente.

Nós Lhe pedimos que mantenha o Comandante dos Crentes no caminho correto e que o fortifique com proteção e persistência.

Saudações. A Deus o louvor e a gratidão.